

Gas Brasileiro
Distribuidora S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias condensadas em
30 de junho de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas

**Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Gas Brasileiro Distribuidora S.A.
Araraquara – SP**

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial condensado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2021, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas números 14 e 18. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período seis meses findo em 30 de Junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de Setembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	474	501	Fornecedores	14	45.107	31.918
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	181.052	172.631	Impostos e contribuições a recolher	15	11.356	9.439
Estoques		2.705	2.208	Imposto de renda e contribuição social recolher	9.d	3.498	3.846
Tributos a recuperar	6	3.059	3.034	Passivo regulatório	8.b	11.033	6.116
Ativo fiscal	7	-	2.945	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar		4.494	4.662
Despesas antecipadas		754	713	Arrendamento a pagar	12	1.072	1.379
Ativo Regulatório	8.a	32.579	28.459	Outras contas a pagar		1.066	1.481
Total ativo circulante		220.623	210.491	Total do passivo circulante		77.626	58.841
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	16	14.821	14.811
Tributos a recuperar	6	11.339	11.064	Arrendamento a pagar	12	658	1.012
Bens a serem indenizáveis	10	74.662	70.280	Total do passivo não circulante		15.479	15.823
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	51.960	52.658	Total do passivo		93.105	74.664
Depósitos judiciais	16	1.638	1.618				
Despesas antecipadas		146	203				
Total do realizável ao longo prazo		139.745	135.823				
Imobilizado	11	692	985	Patrimônio líquido	17		
Direito de uso	12	1.508	2.074	Capital social		462.481	462.481
Intangível	13	249.537	254.855	Reservas de lucros		56.519	67.083
Total do ativo não circulante		391.482	393.737	Total do patrimônio líquido		519.000	529.564
Total do ativo		612.105	604.228	Total do passivo e patrimônio líquido		612.105	604.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Receita líquida					
Receita pela venda de gás	19	141.793	278.091	90.063	204.263
Receita de construção de infraestrutura	19	5.097	8.174	3.311	6.896
		<u>146.890</u>	<u>286.265</u>	<u>93.374</u>	<u>211.159</u>
Custo das vendas de gás					
Custo das vendas de gás	20a.	(109.425)	(209.740)	(73.831)	(165.021)
Custo de construção de infraestrutura	20a.	(5.097)	(8.174)	(3.311)	(6.896)
		<u>(114.522)</u>	<u>(217.914)</u>	<u>(77.142)</u>	<u>(171.917)</u>
Lucro bruto		<u>32.368</u>	<u>68.351</u>	<u>16.232</u>	<u>39.242</u>
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	20a.	(2.569)	(4.941)	(2.244)	(5.259)
Despesas administrativas	20a.	(5.776)	(11.948)	(6.446)	(12.656)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20b.	705	866	32.587	32.707
		<u>(7.640)</u>	<u>(16.023)</u>	<u>23.897</u>	<u>14.792</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>24.728</u>	<u>52.328</u>	<u>40.129</u>	<u>54.034</u>
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	21	(175)	(529)	(321)	(501)
Receitas financeiras	21	3.522	6.520	6.906	10.273
Variações monetárias e cambiais, líquidas	21	(374)	(362)	(416)	(416)
		<u>2.973</u>	<u>5.629</u>	<u>6.169</u>	<u>9.356</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		27.701	57.957	46.298	63.390
Imposto de renda e contribuição social	9c.	(9.118)	(19.454)	(15.535)	(21.199)
Lucro líquido do período		<u>18.583</u>	<u>38.503</u>	<u>30.763</u>	<u>42.191</u>
Lucro básico e diluído por ação - em reais		0,04	0,08	0,07	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Lucro líquido do período	<u>18.583</u>	<u>38.503</u>	<u>30.763</u>	<u>42.191</u>
Resultado abrangente total	<u><u>18.583</u></u>	<u><u>38.503</u></u>	<u><u>30.763</u></u>	<u><u>42.191</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucro no período	
Em 01 de janeiro de 2020	462.481	14.380	23.737	-	500.598
Distribuição de dividendos exercício anterior	-	-	(23.737)	-	(23.737)
Lucro líquido do período	-	-	-	42.191	42.191
Em 30 de junho de 2020	<u>462.481</u>	<u>14.380</u>	<u>-</u>	<u>42.191</u>	<u>519.052</u>
Em 01 de janeiro de 2021	462.481	18.015	49.068	-	529.564
Distribuição de dividendos exercício anterior	-	-	(49.068)	-	(49.068)
Lucro líquido do período	-	-	-	38.503	38.503
Em 30 de junho de 2021	<u>462.481</u>	<u>18.015</u>	<u>-</u>	<u>38.503</u>	<u>518.999</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		38.503	42.190
Ajustes para conciliar o resultado com recursos gerados nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	11 e 13	13.542	13.260
Amortização do direito de uso	12	740	936
Remuneração sobre os bens da concessão indenizáveis	10	(4.149)	(3.715)
(Reversão) constituição da provisão para contingências	16	10	(29)
Reversão da provisão para perdas estimadas com créditos	5(d)	(2.037)	(114)
Perdas de créditos		1.804	106
Valor residual do ativo intangível baixado		11	36
Atualização monetária passiva		383	416
Remensuração líquida do direito de uso	12	(6)	179
Realização do ajuste a valor presente dos arrendamentos a pagar	12	114	89
Resultado nos recebíveis de ativos financeiros	5 (b)	(1.622)	(2.104)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9 (c)	18.756	7.639
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 (c)	698	13.560
Ativo e passivo Regulatório		910	(31.838)
Atualização do Ativo Regulatório	8 (a)	(112)	(3.975)
		67.545	36.636
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber		(17.941)	4.432
Estoques		(497)	177
Impostos a recuperar		2.301	(1.409)
Outros créditos		16	(416)
Depósitos judiciais		(21)	(242)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		11.384	15.713
Salários e encargos sociais		(167)	550
Impostos e contribuições a recolher		(1.842)	3.650
Outras contas a pagar		(287)	(368)
		60.491	58.723
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros pagos - Atualização de dividendos		(383)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.914)	(6.525)
		45.194	52.198
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do intangível	25	(6.369)	(6.387)
Aplicação em recebíveis de ativos financeiros	5 (b)	(210.598)	(196.665)
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	5 (b)	221.971	152.382
		5.004	(50.670)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(49.154)	
Pagamento de arrendamento	12	(941)	(1.067)
Pagamento de financiamentos		(129)	(129)
		(50.224)	(1.196)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
(Redução) aumento líquida (o) em caixa e equivalentes de caixa			
		(26)	332
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	501	2.583
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	474	2.915
(Redução) aumento líquida (o) em caixa e equivalentes de caixa			
		(26)	332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas		
Receita de venda de gás	361.568	268.846
Receita de construção	8.174	6.896
Reversão da provisão para perdas estimadas com créditos	233	8
Outras receitas	899	32.733
	<u>370.874</u>	<u>308.483</u>
Custos e despesas		
Custo do gás	(239.973)	(181.637)
Custo de construção	(8.174)	(6.896)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(12.029)	(12.349)
	<u>(260.176)</u>	<u>(200.882)</u>
Valor adicionado bruto	<u>110.698</u>	<u>107.601</u>
Depreciação e amortização	(14.281)	(14.196)
Valor adicionado líquido produzido	<u>96.417</u>	<u>93.405</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.520	10.273
Valor adicionado total a distribuir	<u>102.937</u>	<u>103.678</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Salários e participações	8.747	8.627
Benefícios	1.190	1.147
FGTS	441	502
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	27.492	30.754
Estaduais	25.452	19.361
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	529	501
Aluguéis	582	596
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	38.504	42.190
	<u>102.937</u>	<u>103.678</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (a seguir designada como "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede social em Araraquara, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada, pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, que detém 100% do seu capital social.

A Companhia tem por objetivo preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, para atendimento aos segmentos industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termogeração e cogeração, compreendendo também a realização de negócios relacionados ao seu objeto social.

O Contrato de Concessão outorga e regula a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo e foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a Companhia, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de sua assinatura, com vencimento previsto para 9 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado por uma única vez por mais 20 anos, mediante requerimento da Companhia.

A ARSESP fiscaliza e regula os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo.

O respectivo contrato de concessão também determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de dezembro, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Extraordinariamente, a ARSESP permite reajustar a tarifa com base no custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela Companhia ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP 308/2012). Ademais, quinquenalmente, através do processo de Revisão Tarifária, as margens tarifárias são realinhadas ao requerimento de ingressos, autorizados pelo Regulador, em função de projeções de custos e volumes para o quinquênio próximo. Ao final do prazo da concessão, operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

1.1 Impactos da pandemia do COVID - 19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia.

a. *Medidas adotadas pela Companhia*

Com a publicação dos decretos federais, estaduais e municipais, de isolamento social a Companhia procurou atender a todas as orientações adotadas para o seguimento, tanto as vindas do Ministério da Saúde (MS) como as do Ministério do Trabalho.

A Companhia adotou o teletrabalho para 100% da força de trabalho administrativa, medidas de distanciamento social e o uso de EPIs para os empregados que realizam atendimento e serviços técnicos, que estão trabalhando normalmente por ser atividade essencial a distribuição de gás natural canalizado.

b. *Riscos de liquidez e de Mercado*

A atividade de distribuição de gás natural é uma atividade essencial, assim, a Companhia continua fornecendo aos seus usuários de forma ininterrupta o gás natural.

No segundo trimestre de 2021 houve um aumento no volume de gás natural distribuído, em torno de 31,7% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. A inadimplência apresentada no contas a receber de clientes está sendo monitorada e não apresenta variações relevantes quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, a Companhia também mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras e não prevê necessidade de recursos.

A Companhia entende que ainda não há motivos que possam impactar com a continuidade dos negócios durante o período de pandemia.

A Companhia não possui empréstimos relevantes.

c. *Acompanhamento das estimativas contábeis subsequentemente a data da emissão de desse relatório*

A Companhia considerou em suas revisões de estimativas potenciais aumentos de perdas com recebíveis e não identificou a necessidade de reforço de provisões além daquelas já reconhecidas em 30 de junho de 2021.

d. *Risco de perdas de redução ao valor recuperável de ativos*

A Companhia não identificou indícios ou mudanças significativas nos cenários econômicos que pudessem indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

e. *Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos*

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, a Companhia não espera nenhum impacto, considerando suas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros e revisadas em decorrência da pandemia.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram utilizadas as mesmas políticas contábeis e base de preparação adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram apresentadas integralmente nestas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas foi autorizada pelos diretores da Companhia em 09 de setembro de 2021.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco da taxa de juros
- Risco de mercado

a. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

A Companhia estabelece uma provisão para perdas de crédito esperadas que representa sua estimativa de perdas a serem incorridas com relação às contas a receber de clientes. A Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Risco de liquidez				
	Valor	Até	1 - 2	3 - 5
30/06/2021	contábil	12 meses	anos	anos
Fornecedores (Nota 14)	45.107	45.107	-	-
Arrendamentos a pagar (Nota 12)	1.730	1.072	658	-
Outras contas a pagar	1.066	1.066	-	-
	<u>47.903</u>	<u>47.245</u>	<u>658</u>	<u>-</u>
	Valor	Até	1 - 2	3 - 5
31/12/2020	contábil	12 meses	anos	anos
Fornecedores (Nota 14)	31.918	31.918	-	-
Arrendamentos a pagar (Nota 12)	2.391	1.379	1.012	-
Outras contas a pagar	1.481	1.481	-	-
	<u>35.790</u>	<u>34.778</u>	<u>1.012</u>	<u>-</u>

c. Risco da taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos	30/06/2021	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	103.807	CDI	2,27	2,84	<u>589</u>	3,41	<u>1.178</u>
					<u>589</u>		<u>1.178</u>

Instrumentos	30/06/2021	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	103.807	CDI	2,27	1,70	(589)	1,14	(1.178)
					<u>(589)</u>		<u>(1.178)</u>

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros possam vir a impactar nos negócios da Companhia. A Companhia tem atuação em 100% no mercado nacional, no entanto, as compras de gás natural sofrem alterações no preço de acordo com a variação cambial do dólar, essa variação da moeda estrangeira é absorvida pelo custo do gás a recuperar (ativo/passivo regulatório), os quais são repassados aos clientes periodicamente nas revisões tarifárias.

3.2 Gestão do capital

A política da Companhia privilegia uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e do mercado, acumulando caixa e equivalentes de caixa suficientes para a liquidação de suas obrigações de curto prazo.

3.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros não derivativos da Companhia em 30 de junho de 2021, registrados nos ativos e passivos, classificados como custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros, respectivamente, estão apresentados no quadro a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	474	501
Contas a receber de clientes (Nota 5)	77.245	59.073
Bens a serem indenizáveis (Nota 10)	74.662	70.280
Depósitos judiciais (Nota 16)	1.638	1.618
Valor justo por meio do resultado		
Recebíveis de ativos financeiros (Nota 5b)	103.807	113.558
Passivos		
Custo amortizado		
Outras contas a pagar	1.066	1.481
Arrendamentos a pagar (Nota 12)	1.730	2.391
Fornecedores (Nota 14)	45.107	31.918

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	474	501
	<u>474</u>	<u>501</u>

Refere-se substancialmente a saldo de conta-corrente em instituições financeiras.

5 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

a. Composição

	30/06/2021	31/12/2020
Contas a receber	83.088	66.953
Provisão para perdas de crédito esperadas	(5.843)	(7.880)
	<u>77.245</u>	<u>59.073</u>
Recebíveis de ativos financeiros (*)	103.807	113.558
	<u>181.052</u>	<u>172.631</u>

(*) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "valor justo por meio de resultado", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

b. Movimentação dos recebíveis de ativos financeiros

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo líquido no início do exercício	113.558	93.202
Aplicações	210.598	379.633
Resgates	(221.607)	(362.015)
Rendimento sobre aplicação financeira	1.622	3.519
IRRF - Imposto sobre a renda retido na fonte	(345)	(808)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(19)	27
	<u>103.807</u>	<u>113.558</u>

c. Aging-list

	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	74.394	57.045
Vencidos até 60 dias	702	708
Vencidos de 61 até 180 dias	721	229
Vencidos de 181 até 360 dias	107	42
Vencidos há mais de 360 dias	7.164	8.929
	<u>83.088</u>	<u>66.953</u>

d. Movimentação das perdas esperadas com créditos

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(7.880)	(8.621)
Adições	-	(70)
Baixas por recebimento de clientes	364	811
Baixa por perda	1.673	-
Saldo no final do exercício	(5.843)	(7.880)

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída tendo como base a incerteza da capacidade de recebimento total dos valores registrados no contas a receber.

6 Tributos a recuperar

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.657	2.616
Programa de Integração Social (PIS)	72	75
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	330	343
	3.059	3.034
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	842	990
Programa de Integração Social (PIS)	1.873	1.797
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	8.624	8.277
	11.339	11.064
	14.398	14.098

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui valores de créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no montante de R\$ 3.499 (R\$ 3.606 em 31 de dezembro de 2020), gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente. A Companhia estima que a parcela de créditos classificados no não circulante seja recuperada em até 48 meses, sem ocorrência de perdas.

A Companhia também possui em 30 de junho de 2021, valores de créditos do Programa de Integração Social (PIS) no montante de R\$ 1.945 (R\$ 1.872 em 31 de dezembro de 2020), bem como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) no montante de R\$ 8.954 (R\$ 8.620 em 31 de dezembro de 2020), gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente.

7 Ativo fiscal

	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - Antecipações	-	2.945
	-	2.945
	-	2.945

8 Ativo regulatório e passivo regulatório

O ativo/ passivo regulatório é composto pelas contas gráficas as quais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

A tarifa paga pelos usuários do serviço de gás canalizado é composta por: margem de distribuição, custo do gás e impostos.

As diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito e/ou obrigação à medida que o custo realizado for maior ou menor que o contemplado na tarifa. Estas diferenças são consideradas pela ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Deliberação ARSESP nº 1010 de 10 de junho de 2020, definiu que eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão.

Com a publicação da deliberação nº 1010, a Companhia avalia que não há mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconheceu contabilmente a partir de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros regulatórios em suas demonstrações financeiras.

a. Ativo regulatório

No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia registrou o saldo de ativo regulatório de R\$ 32.579.

A movimentação do ativo regulatório para o período findo em 30 de junho de 2021 foi a seguinte:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo em inicial	28.459	35.922
Custo de gás	4.008	(8.368)
Atualização	112	905
Saldo em 30 de junho de 2021	32.579	28.459

b. Passivo regulatório

A Companhia ingressou, em junho/2020, com ação declaratória que tramita perante a 1ª Vara Federal de Araraquara - SP, tendo requerido, a título de tutela de evidência (liminar) autorização para a imediata exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Com base na liminar obtida a Companhia passou, a partir de junho/2020, a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS quando da apuração destes tributos, contudo, como a tarifa

praticada na venda do gás é regulada a Companhia está contabilizando estes montantes no passivo e aguardando o posicionamento do Órgão Regulador para tratar este efeito também na tarifa.

	30/06/2021	31/12/2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	9.075	5.030
Programa de Integração Social (PIS)	1.958	1.086
Saldo em 30 de junho de 2021	11.033	6.116

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui saldos de diferenças temporárias, no montante de R\$ 152.824 (R\$ 154.877 em 31 de dezembro de 2020), entre o lucro contábil e o lucro tributável, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos diferidos em função da redução ao valor contábil dos direitos de concessão, segundo regras tributárias, serão compensados pelo prazo do contrato de concessão.

O efeito decorrente das diferenças temporárias estão detalhado a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias ativas líquidas:		
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	28.960	30.663
Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	13.769	13.505
Provisão para perdas de crédito esperada	1.987	2.679
Provisão para contingências	5.039	5.036
Passivo regulatório	1.439	-
Outros	766	775
	51.960	52.658
Ativo fiscal diferido (reconhecido contabilmente)	(51.960)	(52.658)

A movimentação do ativo diferido em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 é composta conforme segue:

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	(852)	(1.704)	(852)	(1.704)

Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	121	264	192	368
Provisão para perda de créditos esperadas	(49)	(692)	(2)	(39)
Provisão para contingências	3	3	10	(9)
Contas gráficas (regulatório)	875	1.439	(12.176)	(12.176)
Outros	(4)	(8)	-	-
Total	95	(698)	(12.827)	(13.560)

b. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções de lucros.

Em 30 de junho de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

Ano de recuperação	
2021	8.317
2022	7.310
2023	4.929
2024	4.929
2025	4.929
Acima de 5 anos	21.546
	<u>51.960</u>

c. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	27.701	57.957	46.298	63.390
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(9.418)	(19.705)	(15.741)	(21.552)
Juros sobre capital próprio				
Outras diferenças	300	251	206	353
	<u>(9.118)</u>	<u>(19.454)</u>	<u>(15.535)</u>	<u>(21.199)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício				
Corrente	(9.213)	(18.756)	(2.708)	(7.639)
Diferido	95	(698)	(12.827)	(13.560)
	<u>(9.118)</u>	<u>(19.454)</u>	<u>(15.535)</u>	<u>(21.199)</u>

Alíquota efetiva	32,92%	33,57%	33,55%	33,44%
------------------	--------	--------	--------	--------

d. Imposto de renda e contribuição social (passivo)

Passivo	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de renda	(2.560)	(2.773)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(938)	(1.073)
	(3.498)	(3.846)
	(3.498)	(3.846)

10 Bens a serem indenizáveis

	30/06/2021	31/12/2020
Servidão de passagem	11.916	11.203
Terrenos	663	618
Redes	55.843	52.712
Edificações	1.784	1.676
Estações	1.416	1.338
Outros	3.040	2.733
	74.662	70.280
	74.662	70.280

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a taxa de 10,05% e 9,11% ao ano. Estas taxas tem como base as Notas Técnicas do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto para os bens a serem indenizados ao final do Contrato de Concessão.

Abaixo apresentamos a movimentação dos bens da concessão indenizáveis:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo líquido no início do exercício	70.280	52.063
Adições - Transferência do ativo intangível (bifurcação) - Nota 13	241	10.491
Baixas	(8)	(9)
Remuneração sobre bens da concessão a serem indenizados (AVP) - Nota 21	4.149	7.735
Saldo líquido no final do exercício	74.662	70.280
	74.662	70.280

11 Imobilizado

	Urbanização e benfeitorias	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 1º janeiro de 2020	1.260	317	1.577
(+) Transferências para o intangível	-	(663)	(663)
Depreciação	(383)	454	71
Saldo em 31 de dezembro de 2020	877	108	985
Custo total	3.860	841	4.701
Depreciação acumulada	(2.983)	(733)	(3.716)
Valor Residual	877	108	985
Depreciação	(191)	(102)	(293)
Saldo em 30 de junho de 2021	686	6	692
Custo total	3.860	841	4.701
Depreciação acumulada	(3.174)	(835)	(4.009)
Valor Residual	686	6	692
Taxa de depreciação	5%	20%	

12 Direito de uso e Arrendamento a pagar

	30/06/2021	31/12/2020	
Passivo Arrendamento			
Imóvel	678	1.044	
Veículos	1.052	1.347	
Total	1.730	2.391	
Passivo circulante	1.072	1.379	
Passivo não circulante	658	1.012	
Passivo arrendamento			
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.050	961	3.011
Adições	-	1.380	1.380
AVP	123	97	220
Pagamentos	(1.144)	(1.022)	(2.166)
Remensuração	15	(69)	(54)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.044	1.347	2.391

Passivo arrendamento

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.044	1.347	2.391
AVP	106	8	114
Pagamentos	(679)	(264)	(943)
Remensuração	207	(39)	168
Saldo em 30 de junho de 2021	678	1.052	1.730

Ativo direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.603	1.084	2.688
Adições	-	1.380	1.380
(-) Amortização	(918)	(993)	(1.911)
Remensuração	247	(330)	(83)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	932	1.141	2.074

Ativo direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	932	1.141	2.074
Adições	-	-	-
(-) Amortização	(553)	(187)	(740)
Remensuração	220	(46)	174
Saldo em 30 de junho de 2021	599	908	1.508

13 Intangível

	Redes	Software	Fibra ótica	Conjunto de regulagem e medição	Estações	Terrenos	Contrato de concessão	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	232.291	1.813	3.526	11.832	9.467	834	1.607	13.246	274.616
Aquisições	11.156	312	182	1.337	66	2	-	4.133	17.188
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	(8.910)	-	-	(680)	(16)	(2)	-	(883)	(10.491)
(-) Transferência para o imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	663	663
(-) Baixas	(15)	-	-	(243)	-	-	-	(34)	(292)
(-) Amortização	(13.070)	(712)	(355)	(964)	(533)	-	(161)	(1.408)	(17.203)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão indenizáveis	(9.078)	-	(30)	(214)	(412)	(83)	-	-	(9.817)
(-) Baixas da amortização	4	-	-	189	-	-	-	-	193
Saldos em 31 de dezembro de 2020	212.377	1.412	3.323	11.257	8.572	751	1.446	15.717	254.855
Total do custo	350.690	13.506	7.783	19.396	14.770	834	8.345	26.746	4442.070
Amortização acumulada	(138.313)	(12.094)	(4.460)	(8.139)	(6.198)	(83)	(6.899)	(11.029)	(187.215)
Valor residual	212.377	1.412	3.323	11.257	8.572	751	1.446	15.717	254.855
Aquisições	3.215	89	144	928	820	-	-	2.978	8.174
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	(20)	-	-	(92)	(7)	6	-	(127)	(240)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão indenizáveis	(4.548)	-	(15)	(113)	(206)	(42)	-	-	(4.924)
(-) Baixas	(3)	-	-	-	-	-	-	-	(3)
(-) Amortização	(6.673)	(246)	(178)	(502)	(268)	-	(81)	(377)	(8.325)
Saldos em 30 de junho de 2021	204.348	1.255	3.274	11.478	8.911	715	1.365	18.191	249.537
Total do custo	344.803	13.595	7.897	20.019	15.172	757	8.345	29.596	440.184
Amortização acumulada	(140.455)	(12.340)	(4.623)	(8.541)	(6.261)	(42)	(6.980)	(11.405)	(190.647)
Valor residual	204.348	1.255	3.274	11.478	8.911	715	1.365	18.191	249.537

No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia não identificou indícios ou mudanças significativas nos cenários econômicos, operacionais ou tecnológicos que pudessem indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, os efeitos foram devidamente refletidos nas demonstrações financeiras de acordo com o julgamento da administração. A rubrica “Outros” refere-se, substancialmente, a equipamentos para investimento na rede de distribuição.

14 Fornecedores

Refere-se basicamente ao contrato firmado pela aquisição de gás natural, empreiteiras e fornecedores de tubulações, destinados à construção de gasodutos e está composto como segue:

	30/06/2021	31/12/2020
Partes relacionadas		
PETROBRAS - fornecimento de gás	39.828	27.375
Terceiros		
Materiais e serviços	4.829	4.081
Outros	450	462
	<u>45.107</u>	<u>31.918</u>

A Companhia tem celebrado com a PETROBRAS, o Contrato Firme Inflexível de Compra e Venda de Gás Natural, com vigência até dezembro/2023.

15 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2021	31/12/2020
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços (ICMS)	10.037	7.800
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	863	1.133
Programa de Integração Social (PIS)	186	236
INSS retido na fonte a recolher	107	73
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	88	127
Imposto sobre serviços (ISS)	34	28
Retenções de PIS, COFINS e CSLL	31	31
Outros impostos e contribuições retidos a recolher	10	11
	<u>11.356</u>	<u>9.439</u>

16 Provisão para contingências

a. Depósitos judiciais e provisões passivas

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contingência ARSESP - 3º Aditivo	-	-	7.808	7.808
Contingência ARSESP - COG	-	-	7.003	7.003
Processos de desapropriação	1.352	1.341	-	-
Outros	286	277	10	-
	<u>1.638</u>	<u>1.618</u>	<u>14.821</u>	<u>14.811</u>

A movimentação da provisão em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é composta conforme segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	14.811	16.335
Adições de novos processos	10	-
Reversões	-	(1.524)
Saldo no final do exercício	<u>14.821</u>	<u>14.811</u>

Adicionalmente, a Companhia está se defendendo de ações de natureza fiscal, cível e trabalhista, classificados pela administração como de riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão de perdas.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fiscal	1.612	1.612
Cível	42	41
Trabalhistas	90	90
	<u>1.744</u>	<u>1.743</u>

b. Contingências ativas

I. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, em decisão publicada em outubro de 2017, que o ICMS não integra a base de cálculo de PIS e COFINS. No entanto, a União opôs embargos de declaração no mesmo mês, buscando, além das alteração do conteúdo decisório, modular os efeitos da decisão e definir qual o ICMS a ser retirado da base de cálculo do PIS e da COFINS, se o destacado na nota ou o a recolher.

Apesar da indefinição sobre a forma de apuração do crédito, em junho de 2020 a Companhia obteve decisão favorável em ação declaratória que requeria, a título de tutela (liminar), autorização para a imediata exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, viabilizando o ingresso em juízo com ação de repetição de indébito abrangendo o período passado, adstrito ao prazo prescricional.

Em 14 de maio de 2021, foi publicado o extrato da ata do julgamento do STF sobre os embargos de declaração opostos pela União Federal e restou claro que o critério a ser utilizado para fins de apuração do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal.

A partir dessa decisão, apesar das considerações sobre o reconhecimento do ativo relativo à diferença entre os critérios, a Companhia está avaliando os impactos correlatos decorrentes deste registro no âmbito das providências administrativas, comerciais, regulatórias e dos eventuais aspectos tributários atinentes a estas variáveis. Portanto, esta indefinição não permitiu, ainda, apurar de forma efetiva os reflexos contábeis no resultado do exercício e na posição patrimonial e financeira da companhia.

II. 3ª Revisão Tarifária Ordinária

O processamento da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia era previsto contratualmente para ter ocorrido até dezembro de 2014, porém, permaneceu inconcluso até dezembro de 2020 em função de diversos questionamentos havidos ao longo de sua implementação.

Em 08 de dezembro de 2020, a ARSESP, através da Deliberação nº 1.082, deliberou pela aprovação do resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da GasBrasiliiano, estabelecendo, para fins de compensação não tarifária à Companhia, o valor de R\$ 33.660, em moeda de novembro de 2019. O montante ora apontado se refere a diferença entre a receita teto auferida e a receita requerida do 4º ciclo tarifário, calculada conforme parâmetros regulatórios estabelecidos pela ARSESP.

Conforme estabelecido pela nota técnica NT.F-0068-2020, emitida pela ARSESP, a Companhia faz jus a recuperação desse valor corrigido monetariamente pelo IGP-M e capitalizado pela taxa Selic até a data de sua compensação, que deverá ser definida futuramente. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras por ter sua realização condicionada a manifestação do órgão regulador estadual, não se qualificando, portanto, como um ativo a ser reconhecido.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 462.481.205 ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 462.481, sendo 100% pertencentes à Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

b. Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excede 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme estatuto social da Companhia é assegurado aos Acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, o qual considera juros sobre capital próprio em sua composição.

18 Partes relacionadas

a. Transações entre partes relacionadas

A movimentação de transações com partes relacionadas nos períodos estão demonstradas a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020
Compra de gás		
Petroleo Brasileiro S.A. (i)	227.529	188.027
Reembolso de pessoal		
Petroleo Brasileiro S.A. (ii)	324	458
Petrobras S.A. - Gaspetro (ii)	488	526
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (ii)	491	644

As transações são efetuadas com base em termos e condições comerciais normais ao mercado.

- (i) Conforme mencionado na Nota 14, as compras referem-se ao gás natural adquirido integralmente da Petróleo Brasileiro S.A
- (ii) Mensalmente a Companhia realiza o reembolso de pessoal por meio de nota de débito.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração e do Conselho Fiscal

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração, Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Técnico-Comercial e Diretor de Assuntos Regulatórios. A remuneração para esses membros, somada à remuneração dos Conselheiros Fiscais, totalizou nos períodos R\$ 1.008 (R\$ 1.201 em 30 de junho de 2020).

19 Receita de vendas

As receitas pelas vendas para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020 são as seguintes:

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Receita pela venda de gás	184.546	361.548	119.268	268.827
Receita pela prestação de serviço	13	20	2	18
Receita de construção de infraestrutura	5.097	8.174	3.311	6.896
Deduções:				
ICMS	(28.034)	(54.502)	(17.890)	(40.323)
PIS	(2.627)	(5.168)	(2.019)	(4.327)
COFINS	(12.105)	(23.807)	(9.298)	(19.932)
	146.890	286.265	93.374	211.159

20 Despesas operacionais

a. Por natureza

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Custo das vendas de gás				
Custo do gás	(98.473)	(187.482)	(62.771)	(143.236)
Depreciação e amortização	(6.651)	(13.248)	(6.580)	(12.961)
Pessoal	(2.014)	(3.876)	(1.968)	(3.898)
Serviços de terceiros	(1.440)	(3.364)	(1.809)	(3.630)
Despesas gerais	(530)	(1.198)	(370)	(787)
Provisão participação no resultado	(141)	(232)	(185)	(185)
Arrendamento e alugueis	(110)	(206)	(91)	(194)
Utilidades e ocupação	(66)	(134)	(57)	(130)
	<u>(109.425)</u>	<u>(209.740)</u>	<u>(73.831)</u>	<u>(165.021)</u>
Custo de construção de infraestrutura	<u>(5.097)</u>	<u>(8.174)</u>	<u>(3.311)</u>	<u>(6.896)</u>
	<u>(5.097)</u>	<u>(8.174)</u>	<u>(3.311)</u>	<u>(6.896)</u>
Despesas comerciais				
Serviços de terceiros	(1.292)	(2.563)	(991)	(2.834)
Pessoal	(1.076)	(1.979)	(949)	(1.892)
Utilidades e ocupação	(85)	(172)	(65)	(155)
Arrendamento e alugueis	(84)	(155)	(67)	(147)
Despesas gerais	(81)	(151)	(44)	(120)
Provisão participação no resultado	(36)	(128)	(71)	(71)
Outras	(11)	(26)	(8)	(48)
Provisão (reversões) para perdas de crédito esperadas	96	233	(49)	8
	<u>(2.569)</u>	<u>(4.941)</u>	<u>(2.244)</u>	<u>(5.259)</u>
Despesas administrativas				
Pessoal	(2.551)	(5.329)	(2.852)	(5.568)
Administradores e Conselho Fiscal	(440)	(1.008)	(601)	(1.192)
Depreciação	(526)	(1.033)	(619)	(1.234)
Serviços de terceiros	(525)	(977)	(400)	(988)
Taxa de fiscalização	(736)	(1.472)	(575)	(1.149)
Utilidades e ocupação	(406)	(977)	(398)	(1.066)
Despesas gerais	(182)	(356)	(249)	(487)
Provisão participação no resultado	(201)	(329)	(204)	(204)
Arrendamento e alugueis	(111)	(222)	(111)	(256)
Provisão contrato de suprimentos de gás (penalidade)	(87)	(222)	(324)	(533)
Outras	(11)	(23)	(113)	(175)
	<u>(5.776)</u>	<u>(11.948)</u>	<u>(6.446)</u>	<u>(12.852)</u>

b. Outras despesas (receitas)

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Receitas - multas contratuais	727	888	13	133
Provisão baixa de ativos	(12)	(12)	-	-
Reconhecimento de saldo de conta gráfica – ativo regulatório	-	-	32.574	32.574
Outras provisões	(10)	(10)	-	-
	<u>705</u>	<u>866</u>	<u>32.587</u>	<u>32.707</u>

21 Resultado Financeiro

	01/04/2021 1 à 30/06/2021	01/01/2021 1 à 30/06/2021	01/04/2020 0 à 30/06/2020	01/01/2020 0 à 30/06/2020
Despesas financeiras				
Juros	(112)	(231)	(247)	(383)
Ajuste a valor presente arrendamento	(63)	(114)	(45)	(89)
Atualização monetária das contingências	-	-	(29)	(29)
Atualização do ativo regulatório	-	(184)	-	-
	<u>(175)</u>	<u>(529)</u>	<u>(321)</u>	<u>(501)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	1.000	1.629	1.003	2.136
Remuneração sobre os bens da concessão a serem indenizados	2.110	4.149	1.834	3.714
Atualização do ativo regulatório	204	296	3.975	3.975
Outras receitas financeiras	208	446	94	644
	<u>3.522</u>	<u>6.520</u>	<u>6.906</u>	<u>10.469</u>
Variações monetárias líquidas				
Variações monetárias ativas - atualização de processos	8	20	-	-
Variações monetárias passivas - atualização de dividendos	(382)	(382)	(416)	(416)
	<u>(374)</u>	<u>(362)</u>	<u>(416)</u>	<u>(416)</u>

22 Compromissos

Compromisso de compra de gás natural

A Companhia tem firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, o contrato firme inflexível de compra de gás natural que estabelece compromisso de retirada de volumes de gás natural fixado em um percentual da quantidade de volume contratado conforme mencionado na Nota explicativa nº 14.

23 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Ramos	Limite Máximo de Indenização
Responsabilidade Civil	5.000
Empresarial multiriscos	6.917

24 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	18.583	38.503	30.763	42.191
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício (lotes de mil)	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>
Lucro básico e diluído por ação - em reais	<u>0,04</u>	<u>0,08</u>	<u>0,07</u>	<u>0,09</u>

b. Diluído

A Companhia não possui nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação.

25 Principais transações que não envolvem caixa

Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa, como por exemplo a aquisição de ativos pela assunção direta do passivo respectivo. Abaixo demonstrativo das aquisições:

	30/06/2021	30/06/2020
Aquisições do Intangível e Imobilizado	8.174	6.896
Aquisições do Intangível - Em aberto	(1.805)	(509)
	<u>6.369</u>	<u>6.387</u>

* * *

Composição da Diretoria

Alex Sandro Gasparetto
Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa

Contador
Paulo França dos Santos
CRC 1SP201480/O-7